

#### PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 78/2023

Ementa: Institui campanha municipal de orientação aos idosos contra fraudes e golpes no âmbito do comércio eletrônico e na internet, e dá outras providências

A Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, no uso de suas atribuições legais, aprova a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no âmbito do Município de Pindamonhangaba, a campanha municipal de orientação aos idosos contra fraudes e golpes no comércio eletrônico e na internet.

Parágrafo único: a campanha realizar-se-á preferencialmente a partir do dia 1º de outubro de cada ano (dia internacional dos idosos) e terá duração de duas semanas.

- Art. 2º A campanha terá duas frentes: uma educativa e outra preventiva.
- § 1º A frente educativa prestar-se-á orientar o público idoso quanto aos riscos inerentes a:
- I navegação na internet e;
- II- aquisição de bens, produtos e serviços por meio do comércio eletrônico.
- § 2º A frente preventiva prestar-se-á a orientar o público idoso quanto aos métodos aptos a:
- I evitar golpes virtuais e fraudes no âmbito do comércio eletrônico e;
- II garantir a segurança do tráfego de dados durante a navegação na internet.





§ 3º Os materiais e recursos utilizados nesta campanha serão produzidos de forma objetiva, clara e de fácil compreensão pelo público maior de 60 anos.

§ 4º As campanhas serão realizadas e divulgadas preferencialmente em locais, espaços e canais (inclusive de radiodifusão) utilizados ou frequentados pelo público maior de 60 anos, nesta cidade.

§ 5º O Poder Executivo poderá participar com a divulgação, publicidade ou veiculação desta campanha, observando o disposto neste artigo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Dr. Francisco Romano de Oliveira, 13 de abril de 2023.

CARLOS MOURA - MAGRÃO Vereador - PL





#### **JUSTIFICATIVA**

O projeto de lei em tela almeja orientar pessoas idosas contra fraudes e golpes praticados por terceiros de má-fé no âmbito do comércio eletrônico e da internet.

Desde a declaração de pandemia pelo novo Coronavírus, em março de 2020, o volume de transações no comércio digital cresceu 80% e, a reboque, as operações bancárias feitas por pessoas físicas pelos canais digitais (internet e mobile banking) somaram 74% das movimentações em abril, um mês após o início da quarentena e das medidas de isolamento social.

Os idosos, obrigados a um confinamento rigoroso, passaram a fazer uso das plataformas digitais e foram responsáveis por uma parcela significativa desse incremento no e-commerce e nas operações bancárias eletrônicas. Eles, porque não estavam - e ainda não estão - habituados a utilizar as plataformas digitais, acabaram por se tornar vítimas fáceis de golpistas.

Por força de comando constitucional (art. 230), os idosos não podem ficar desassistidos, figurando como alvos fáceis de fraudadores digitais. O Estado (União, Estados-Membros, Distrito Federal e Munícipios) tem a obrigação ampará-los "mediante efetivação de polícias sociais públicas" (art. 9°, Estatuto do Idoso).

Dessa forma, uma campanha municipal de orientação aos idosos contra fraudes e golpes no comércio eletrônico e na internet, objetivo deste projeto, é uma forma de, a um só tempo, dar concretude a letra da Constituição, implementar uma política pública social e também assistir ao público da terceira idade.





Feitas essas considerações, roga-se o imprescindível apoio dos eminentes pares para a aprovação deste projeto de lei.

Plenário Dr. Francisco Romano de Oliveira, 13 de abril de 2023.

CARLOS MOURA - MAGRÃO Vereador - PL

